

## A complexa relação entre as primeiras operações cadastrais e a cartografia urbana de meados do século XVIII: desde o caso do “Mappa das Ruas de Braga” de 1750

Miguel Sopas de Melo Bandeira<sup>1</sup>

Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território/Instituto de Ciências Sociais  
da Universidade do Minho - Braga - Portugal

[bandeira@ics.uminho.pt](mailto:bandeira@ics.uminho.pt)

### RESUMO

A partir de um estudo desenvolvido no âmbito da geografia urbana histórica, apresentado por nós à Universidade de Coimbra, propomo-nos ensaiar uma revisitação crítico-reflexiva sobre uma das operações cadastrais mais originais e fascinantes da Europa de meados do Século XVIII, que foi ensaiada na cidade de Braga - Noroeste de Portugal - a mando do Cabido da *Sé Primacial das Hespanhas*, que então governava um extenso senhorio eclesiástico. A presente fonte cadastral - *Mappa das Ruas de Braga* - (1750), manuscrito existente no Arquivo Distrital de Braga, incorpora razões proto-cartográficas, que nos permitem avaliar o desenvolvimento de soluções técnico-administrativas e de representação do território urbano, fundamentais para compreender os domínios de percepção da cidade de então, indagar modos e práticas de gestão urbana, e, naturalmente, de perscrutar as expressões do poder e controlo do espaço citadino. A partir do desenho das “casas”, da agrimensura dos alçados e da sua natureza fiscal-administrativa, o documento permite-nos ensaiar diversas reconstituições cartográficas e multimédia da cidade setecentista, constituindo uma fonte de matéria-prima notável para o estudo da história urbana.

**PALAVRAS-CHAVE:** cadastro, cartografia urbana, urbanismo, século XVIII, Braga

### ABSTRACT

From a research in historical urban geography, presented by us to the University of Coimbra, we will revisit a critical-reflexive study about operations of cadastral urban propriety. We analyze one of the most original and fascinating documents in Europe from the mid eighteenth century, which was tested in Braga - North Portugal - at the orders of the *Capitulum* of Cathedral, who then ruled a vast ecclesiastical landlord. This source cadastral - *Streets Map of Braga* - (1750), existing in manuscript District Archive of Braga, incorporates proto-cartographic reasons that allow us to evaluate the development of technical and administrative solutions and representation of urban land, essential for understanding the perception domains of the city, inquirings modes and practices of urban management, and also, naturally, to scrutinize the terms of power and control of the city space. From the design of the "houses", surveying the facades and their fiscal and administrative nature, the document allows us to test various cartographic and multimedia reconstructions of eighteenth-century city, providing a source of raw material notable for the study of urban history.

**KEYWORDS:** cadastre, urban cartography, urbanism, eighteenth century, Braga

---

<sup>1</sup> CEGOT- Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território/Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho - Braga - Portugal; [bandeira@ics.uminho.pt](mailto:bandeira@ics.uminho.pt); [sopasbandeira@gmail.com](mailto:sopasbandeira@gmail.com).

## I - SITUAÇÃO E CONTEXTO FACE ÀS FONTES

A nossa apresentação reparte-se por três partes, das quais começaremos por discorrer sobre a concepção e o alcance da obra em análise, reflectindo sobre as razões que estiveram na base da sua execução; passando de seguida a fazer uma contextualização com a época e o território a que se destinou, designadamente, o *engenho e arte* que, em particular, a relacionam com a história da ciência e da cartografia; para finalizar com a exploração dos recursos que nos oferece, entre os quais, os que se prendem com o domínio prospectivo da geografia histórica urbana.

O *Mappa das Ruas de Braga* (MRB) de 1750, mais do que um pretexto de análise, pela originalidade e extremo valor que encerra enquanto fonte histórica, constitui um espécime único da iconografia urbana portuguesa, que merece uma ampla divulgação e reflexão. Desde logo porque se trata de uma urbisvisão da cidade de Braga, levantada em meados do século XVIII pelo Padre Ricardo Rocha (1702-1767), um clérigo menor, por ordem do poderoso Cabido eclesiástico da Sé catedral de Braga.

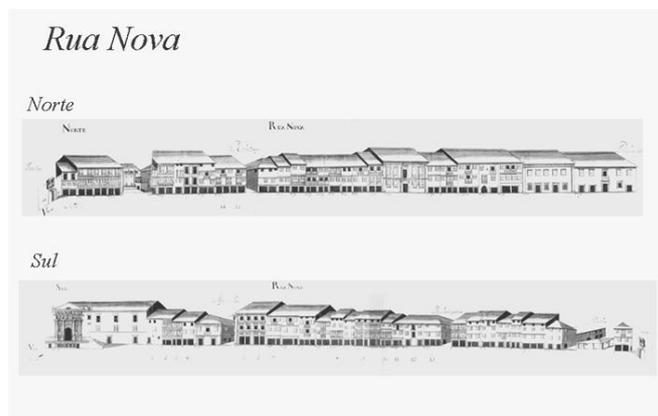


Figura 01 - Rua Nova. fonte: MRB.

O MRB não é propriamente um mapa no sentido cartográfico do termo, mas um conjunto de *fólios* em tiras, com 116 sequências de fiadas de alçados e demais frontarias do edificado vertente para as ruas da cidade de Braga, que foram criteriosamente desenhados e pintados pelo seu autor. Nele figuram 67 topónimos (ruas, praças/*campos* e *cangostas*), dos quais cerca de meia centena surgem integralmente representados. Não cobrindo, no entanto, o pleno do espaço urbano existente, o mesmo que à época dava guarida a uma população de aproximadamente 17 000 habitantes, ilustra praticamente toda a cidade, em particular, o espaço intramuros, praticamente todo ele representado. Contudo, a sistematicidade formal da representação não enjeita outras representações, mais ou menos tópicas, como sejam, alguns dos principais

equipamentos colectivos religiosos e civis; os tramos da muralha, torreões e as portas de entrada da cidade; fontenários; portais; cruzeiros; pontes; vedações; o curso de água que atravessa a cidade; elementos vegetais, como jardins e ramadas de vinha; enfim, apontamentos, ainda, como edificado arruinado e o delineamento de loteamentos destinados a novas construções.

Não bastasse por si só o interesse iconográfico da fonte - dir-se-ia uma “fotografia” panorâmica das ruas da cidade, bem antes de esta ter sido inventada - o MRB redobra de valor documental ao articular-se com os *Índices dos Prazos do Cabido* (IPC), com quem reparte a finalidade da sua concepção. Os IPC constituem-se em quatro volumes que retratam a gestão do registo da *enfiteuse* urbana do Cabido, isto é, os foros que foram contratados muito aquém e além do período de reorganização do cartório da Mesa Capitular (1406-1905), que deu ensejo à execução do MRB. Eles remetem-nos para um inventário mais amplo e exaustivo, composto por catorze livros que notificam outros assuntos, como os *índices das gavetas*, das *sentenças*, e outros vários registos, todos eles insertos num amplo projecto de regularização e actualização dos bens capitulares saídos de um longo período de vacância na Sé de Braga.

De facto, os IPC constituem um verdadeiro *index* decorrente de um profundo trabalho reorganizativo, que tem a virtude de permitir o cruzamento visual das confrontações aferidas em *varas*, *palmas*, e *meio-palmo* do edificado representado no MRB (através de um número de *petit-pé* debaixo que cada alçado de casa foreira ao Cabido) com os elementos registados nos índices. Ora estes registos, considerado o seu valor administrativo-fiscal, facultam-nos diversas informações, como: as datas de celebração dos contratos enfitêuticos; as suas renovações e transferências; os nomes dos *enfiteutas* e *subenfiteutas*; seus cônjugues; inúmeras vezes, a sua profissão, ofício, ou posição social; o tipo e os montantes das rendas, os géneros de pagamento; os complementos, como *laudémios* e pensões, bem ainda, como diversas outras informações tidas por significativas. Enfim, são 2614 *prazos* ou *subemprazamentos* (*foros* ou *subaforamentos*) que vislumbramos através dos índices, e que nos permitem indagar uma possível reconstrução sócio-económica da cidade de Braga de setecentos.

## II - O LIVRO, O MAPA E A GLÓRIA

Como explicar então o MRB?! A sua particularidade de concepção, o modo e a estrutura em que se consubstancia?! A finalidade instrumental ao qual está subordinada?!

Organizado mais como um *livro de ruas*, cujos fólios se desdobram ao comprido na proporção de extensão das mesmas, como se de uma panorâmica de rua se tratasse, as fiadas de alçados das *casas* surgem-nos alinhadas sob um esquema linear de estrutura feito à escala, ainda que levantada, certamente, na base de uma razão expedita. Já que a variabilidade observada no confronto das aferições, embora denote um rigor sistemático, exemplificativo na proporcionalidade da representação dos elementos, não exclui uma

margem de variabilidade significativa, que, no mínimo, demonstra a ausência de sofisticação das operações, tanto do uso de instrumentação, como de cálculo.

Para além da *corda* onde assenta o desenho do edificado, evidenciadora das medições do espaçamento de frontaria das *casas*, entre as linhas de empeno que as dividem, no segmento de contacto com o leito da rua, o resto da representação, ainda que estruturada *à régua*, parece resultar mais das capacidades do desenhador do que do emprego de qualquer técnica específica. Isto é, nem a *corda* que suporta as *casas* demonstra a preocupação em representar o declive das ruas - ainda que o faça mais por referência, estamos em crer, do que por outro fim - nem os alçados, inteiramente descolados da representação do espaço público, ou mesmo da representação bidimensional do território, figuram a profundidade das traseiras privadas dos edifícios.

As fiadas dos alçados surgem-nos, pois, como um modelo cenográfico bidimensional, onde a terceira dimensão, a da profundidade, não é mais do que uma sugestão figurativa, por os alinhamentos estarem dispostos em paralelo com a identificação do quadrante cardeal para onde está voltado o observador.

Desde logo se pode depreender, pelo anunciado na folha de rosto, “para que diante dos olhos de todos os cidadãos se encontrassem e, entre outros, a dedo indicassem [os bens] por enfiteuse pertencentes à Mesa Capitular”, a vocação instrumental do MRB. Na verdade, estamos convictos, sobretudo, que o MRB obedece a uma finalidade cadastral, com origem no mesmo sentido etimológico da palavra italiana *catasto*, que significa *o livro*. De acordo com Segura i Mas (1988, p. 18) o cadastro define-se como “uma estatística ou inventário de toda a riqueza imóvel [terras, edifícios, etc.] de um território previamente determinado”, acrescentando, poder estar subordinado a dois tipos de motivações principais, fiscais ou (e) administrativas.

No caso, o formato e os indícios de uso do *Mappa* exibem esse efeito de rol, que conjuga, em simultâneo, as funções de conhecimento e de registo de património urbano, permitindo, mais do que suportar a sua gestão e administração, igualmente prospeccionar o seu potencial económico. Além disso, está concebido para se ajustar à dinâmica do seu uso enfiteutico. Isto é, acompanhar o evoluir dos processos subenfiteuticos e sucessórios, os *escambos*, a transmissão de *vidas*, etc., e até, quiçá, de identificar novas potenciais incorporações ao senhorio do Cabido.

Por outro lado, a dimensão locativa e visual do MRB permitia de imediato ao seu escriturário, sem margem para dúvidas, localizar o prédio urbano; proceder a uma avaliação sumária do seu valor, pelas dimensões, arquitectura (pisos, aberturas, varandas), materiais e estado de conservação; bem como, pelas referências económico-financeiras que representavam, aferir os seus réditos.

Ao contrário de outras operações cadastrais da época, o MRB, por estar associado aos IPC, embora pudesse se configurar, formalmente, como rústico quanto às presumíveis técnicas cartográficas que já então se desfrutavam, preenchia, todavia, as finalidades funcionais que poucos exemplos coevos lograram atingir.

Ou seja, os cadastros que permitiriam relacionar a localização e a configuração do património (o território), com o conteúdo social, económico-financeiro e fiscal dos inventários desse mesmo património (o uso).

Sendo um trabalho de concepção simplificada, embora exaustivo e elaborado, ele é executado numa época em que pode ser considerado como um arcaísmo. Quer em Portugal, como no estrangeiro, há muito que os levantamentos cartográficos e as operações cadastrais tinham os seus exemplos de aplicação de métodos e técnicas de precisão sistemáticas, tanto no emprego da geometria como no do cálculo, subordinados a princípios deliberadamente científicos. Mesmo em alguns dos exemplos aparentemente semelhantes do ponto de vista iconográfico, de que poderíamos apontar, cerca de cem anos antes, o *Plano de Madrid* (1656) do português Pedro Teixeira Albernaz, ou, mais próximo da presente obra, o *Plano Turgot* de Paris, realizado por Bretez (1734/39), permitem-nos consignar o particularismo do MRB. Se é verdade que, nestes casos, a representação das fachadas do edificado surge representada com preocupações similares, ao contrário do MRB, o suporte bidimensional do solo, ainda que na perspectiva tridimensional do espaço construído; o espaço público e de circulação; são preocupações determinantes e permanentes.

E no entanto, talvez, mais do que uma limitação, pode-se afirmar que este, tanto e somente, correspondeu à satisfação do que se pretendia fazer, isto é, a valorização da escala de representação da rua, sem outras preocupações. De facto, tal como notou Pereira de Oliveira (1991) o que contava neste período, era o valor da casa e não, tanto como hoje, o valor do solo. De facto, acrescentaríamos, face ao exemplo da cidade de Braga, sobretudo, no intramuros, que a importância da propriedade urbana decorria muito particularmente da expressão de frente de edificado confrontante com a rua.

Para lá disso, porém, se perscrutarmos a organização interna do MRB, especialmente a sequencialização do ordenamento das ruas, podemos detectar algo mais subtil, que, embora não sendo uma expressão cartográfica canónica, traduz uma racionalidade geográfica de representação e orientação, senão feita à escala, pelo menos, com uma preocupação evidente de proporcionalidade voluntária e objectiva.

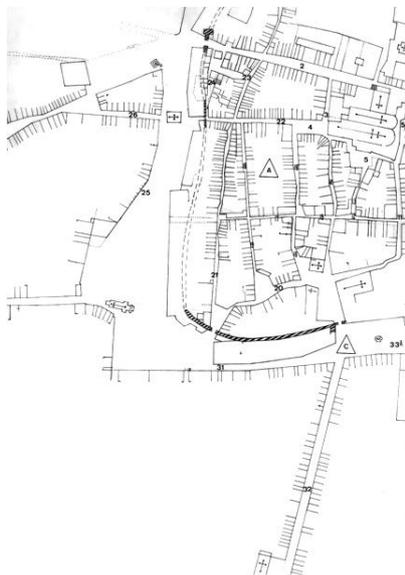


Figura 02 – Reconstituição do Espaço Urbano de Braga REUB – 1750. fonte: Bandeira, M. 2000;

Ao revisitamos o estudo que anteriormente fizemos recordamos que, no momento em que inseríamos o MRB num suporte cartográfico de base, notámos que a organização sequencial das ruas do *Mappa* obedecia a uma lógica racional operativa. A fonte começava por representar a *Rua do Campo*, N<sup>o</sup>1, prosseguindo numa estrutura em espiral, de trajectória centrífuga, até abarcar as ruas da periferia da cidade. Esta expressão de *consciência territorial*, que pode significar, como o afirmámos, num voluntarismo de *estrutura cartográfica subtil*, resulta certamente da dotação de uma eficácia de manuseamento e de consulta do próprio *livro*.

Até a questão da escala, que é inerente a qualquer espécime cartográfico, mesmo antes de esta se conceber como um pré-requisito axiomático da cartografia em geral, também está patente no MRB, como uma regularidade que estrutura a proporção das representações e, naturalmente, as dimensões dos próprios fólios que as suportam. Todavia, para além das medidas (em *varas*<sup>2</sup>) exaradas nas *réguas* das frentes de rua, entre as linhas de empeno, e da estrutura vertical, que também surge regularizada, dos ensaios que efectuámos foi possível estimar uma escala de concepção na ordem dos 1:268. Trata-se de um valor médio que, ainda assim, não escamoteia uma variabilidade de cerca de 1,5 metros. Pelo que, para os propósitos que foi concebida, se pode considerar de fidedigna.

Num outro plano, diga-se, que o nível de pormenor que o MRB oferece, desde logo solicitou um tratamento visual cuidado e que, por certo, subjaz às preocupações de quem o concebeu.

<sup>2</sup> - 1 vara corresponde a cerca de 1,10 metros

Naturalmente que, para além da instrumentalidade requerida, o contexto ilustrado do *engenio et arte* que caracterizaria a mundividência ilustrada da época, não desmereceria antes de mais o esmero e a dedicação do desenhador. Para lá do privilégio da fachada, de facto, a escala escolhida propiciaria a figuração do detalhe. Daí, a dimensão pictórica do desenho das casas, patente no traçado e no jogo dos volumes, nos efeitos de perspectiva (refira-se, nem sempre muito bem conseguidos), no emprego das cores, das tonalidades, enquanto efeito de luz e sombra, no registo de pequenos apontamentos reveladores de uma efectiva motivação estética.



Figura 03: Frontispício do MRB. Fonte: MRB.

Mais dúvidas persistissem, bastaria observar o frontispício do MRB para caírem as reservas quanto ao esmero que o Padre Ricardo Rocha pôs na execução da obra. Por aí se pode detectar a consciência do valor e do símbolo que esta representa. Leia-se a lauda dedicatória ao seu principal patrono, o Cónego Francisco Pacheco Pereira, Provisor do Arcebispado e membro da nobreza local, escrita no pergaminho desenhado, seguro nas garras de uma ave alegórica, que tanto pode ser um *grifo* associado à protecção de um tesouro, isto é, o senhorio urbano do Cabido, como, também, uma *fénix*, símbolo do renascimento e da perenidade da corporação capitular, instituição perene da catedral de Braga que legitimava os seus bens. Segurando as ramagens simbólicas no bico e duas trombetas, parece querer anunciar aos utilizadores do Livro o carácter soberano do Cabido.

### III - A GEOGRAFIA DO CADASTRO

De facto, até há data, não se conhece qualquer espécime cartográfico enunciador de uma urbivisão de Braga, levantado à escala sobre os princípios modernos da cartografia geométrica que então já se fazia em Portugal, e que fosse anterior ou contemporâneo do MRB. Para além do *Mappa da Cidade de Braga Primas*, de André Soares, coevo da fonte em análise; da *vista panorâmica* de Braga (s/autor), do final da década de oitenta do século XVII; e da famosa gravura de Georg Braun, inserta no *Civitates Orbis Terrarum* (1594); que se saiba, não se desfruta de nenhuma outra representação empregando levantamento geométrico.

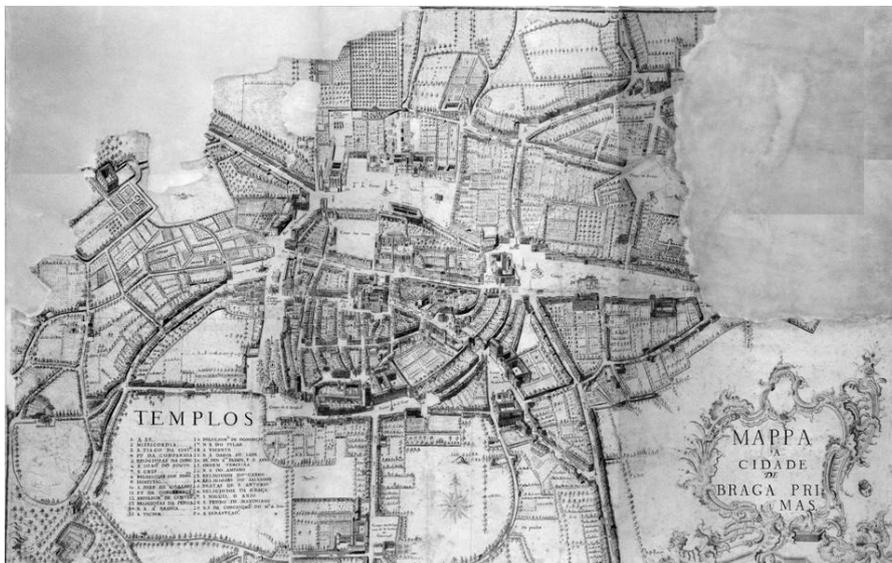


Figura 04 - Mappa da Cidade de Braga Primas (175?). Fonte: Biblioteca do P. N. Ajuda

O MRB, na perspectiva que oferece, representa a maior parte da cidade de Braga indexado à data de 1750. A mesma que, no seu conjunto, cem anos depois, ainda com toda a actualidade, sugeriu ao cronista Senna de Freitas (1890,I,13), a comparação metafórica com uma “aranha”, cintada na sua muralha medieval e crescendo ao longo dos “tentáculos” radiais, as suas *estradas-ruas*, que se desenvolviam através de um plano radioconcêntrico desde as portas.

Apesar do senhorio urbano do Cabido ser o mais vasto, esta corporação repartia o domínio enfiteutico da cidade com poucas mais instituições, ou não fosse Braga, também ela, a capital de um extenso senhorio eclesiástico dos mais antigos de Portugal, e de que umas memórias anónimas de então apodaram de *República Bracarense*, quando esse termo era estranho ao povo.

De facto, o MRB, ao relevar o fim informativo a que se destina, simultaneamente, mostra e omite a diversidade de que é composto o espaço urbano. No âmbito da dinâmica foreira o Cabido repartia a propriedade urbana com a Mitra primacial, o Senado da Câmara, e as demais instituições corporativas de vocação assistencial, como sejam as irmandades e confrarias, os conventos, a misericórdia e o hospital.

Da análise que fizemos da fonte em questão identificamos vários tipos de indicadores, reveladores do subdivisionamento das *casas*. Se é verdade que estas se identificam mais facilmente pelo próprio desenho; a numeração indicia a repartição interna em *fogos*; as linhas de empeno, bem delimitadas, o parcelário confinante com a rua; e finalmente, dispomos ainda, das confrontações medidas em *varas*. Naturalmente que o produto final destes números não coincide entre si, para o qual somente uma exaustiva investigação futura sobre os foros - para além da consulta dos IPC - um dia permitirá reconstituir. Por ora, pudemos, no entanto, contabilizar 2384 *casas*, cuja numeração referente aos IPC nos permite inventariar 2536 *fogos*. É verdade, porém, que estes valores estão subestimados, já que, além dos espaços não representados no MRB, mais as *casas* dispersas do contexto viário, bem como a impossibilidade de conhecermos o subdivisionamento interno dos demais senhorios, ainda por pouco que sejam, convidam-nos a privilegiar os valores mais elevados. Ao todo é possível reunir cerca de 2650 referências de medições levantadas, que perfazem quase uma extensão de vinte quilómetros.

Pela fonte podemos avaliar que o peso da cidade exterior representava já 71,4% do conjunto mencionado, embora as omissões sejam mais extensas. O intramuros figura praticamente em pleno, com excepção, curiosamente, do complexo da Sé catedral e do sector dominado pelo Colégio dos Jesuítas.

Os “vazios” de representação do MRB permitem-nos, contudo, detectar algumas regularidades. O caso mais interessante prende-se com toda a cintura de edificado acoplada ao lado exterior da muralha, mascarando-a quase por completo das vistas dos transeuntes, e de cujo senhorio enfiteútico era o Senado da Câmara.

Algumas das ruas, que penetram bem no meio da coroa rural envolvente, servem como de fronteiras demarcantes entre diversos senhorios. Tal é o exemplo das vias em que uma das alas desenhadas, por ser propriedade do Cabido, dispensa de representação no MRB a fiada de alçados fronteira que lhe é oposta.

Também pela rarefação de representação dos *campos* envolventes à área central da cidade - o conjunto de praças que foram abertos no século XVI, sob a prelatura de D. Diogo de Sousa (1505-1532) - se verifica que estão arredados da tutela da Mesa capitular.

Pelas medidas do MRB torna-se então possível também reconstituir outros aspectos da geografia urbana setecentista, designadamente, concluir que a média de extensão das vias situadas fora de muros é quase o dobro das ruas centrais. O mesmo tipo de indagações pode-se extrair da observação sistemática das “casas”. Veja-se o tipo de comparações no plano da anterior dicotomia intra/extra, de que é exemplo a

insuspeita constatação de que o espaçamento médio frontal das construções/lotes é também ele maior internamente do que no seu oposto externo, respectivamente de 7,3 e 6,2 *varas*.

Também a morfologometria da cidade é qualitativamente recuperável no plano da fisionomia, ao saber-se que exhibe uma silhueta homogénea baixa, somente contrariada pelos campanários das igrejas e os mirantes dos conventos. A elevação máxima dos edifícios registados atinge os quatro pisos, significando apenas 1,6% por confronto aos 53% das “casas” com apenas dois pisos. No final resta-nos uma visão síntese, da prevalência de um tipo dominante de alçado com uma frente de cerca de 6 *varas* e 3 *palmos*, por uma estrutura de 2 pisos.

No plano, diríamos, funcional, de quem e como se pode perscrutar o uso deste património, cruzando o MRB com o IPC, podemos chegar a uma imagem possível de reconstituição das dinâmicas sociais e económicas da cidade de meados do século XVIII.

Com efeito, dos modelos cartográficos que concebemos, podemos vislumbrar, a diferentes escalas, algumas realidades diversas que vão além da abstracção da morfologia urbana. Assim, do inventário da relação enfitéutica podemos identificar articulações de hierarquização viária entre diversas ruas. Por exemplo, na detecção de efectivas ruas secundárias, espécie de *ruas traseiras*, relacionamentos de propriedade no interior dos quarteirões, classificação de serventias e de passagens informais, *cangostas*, etc.



Figura 05 – Extracto da extensão d do senhorio urbano do Cabido. Fonte: REUB (1750).

De todo o universo representado, 1561 dos fogos identificáveis no MRB (61,5%) integram o senhorio urbano do Cabido. Sendo inquestionavelmente o principal proprietário urbano de então, um ¼ do

senhorio situava-se intramuros, correspondendo a pouco mais de metade do edificado ilustrado. Embora a Mesa Capitular dispusesse de um maior número de prazos fora do perímetro amuralhado, a verdade é que neste domínio as omissões da fonte são também significativamente maiores.

Dos mais de mil foros e subaforamentos patentes nos IPC, que são correspondentes ao MRB, salienta-se bem a dualidade intra e extramuros da cidade setecentista. Os primeiros, que partem de uma relação directa entre senhorio com o enfiteuta, preenchem no interior praticamente o exclusivo dos contratos, enquanto os segundos, que ao todo representam 2/3 da enfiteuse, predominam no exterior, deixando a módica expressão de 8,71% à relação de emprazamento directo. Em síntese, face a uma Braga murada, directamente aforada, opõe-se o exterior, intermediadamente subaforado. De salientar que a maioria dos poucos prazos existentes no extramuros que estão identificados como “cabeças de casal”, denunciam uma presença do tipo de propriedade rural, que é protagonizada pelo domínio da nobreza local.

È certo que enfiteutas e subenfiteutas não são necessariamente sinónimo de residentes nas “casas” aforadas/subaforadas. No entanto, a informação aportada pelos índices relativamente ao perfil social, económico e financeiro dos IPC, permite-nos avançar um pouco mais no esforço de reconstituição da geografia urbana de Braga em meados do século XVIII, nem que seja como reflexo deste tipo de investimento desagregado à escala do indivíduo.

O plano urbano da cidade surge-nos assim enriquecido por todo um conjunto de informação sistemática cartografável, desde logo, ao nível da distribuição das actividades e da condição social da complexa malha sócio-profissional dos bracarenses. Sem ceder à tentação de discorrermos sobre a análise da estrutura social de então, condição, todavia, necessária ao melhor entendimento dos resultados, mas que aqui não temos espaço para desenvolver, diríamos que maximizamos toda a informação (Bandeira, 2000, p91-104) no sentido de apurarmos um nível de resolução desejavelmente mais exaustivo e pormenorizado.

Tendo sido reunidas mais de uma centena de profissões, posições/funções e estratos e sociais diversos, para a primeira metade do século XVIII, foi possível proceder à sua classificação. De acordo com V. M. Godinho (1975, p106), começamos por considerar a complexidade do denominado sector “terciário de Antigo Regime”. Nesse sentido isolamos os clérigos e a nobreza/personalidades ilustres, respectivamente, com 19% e 7,5% da participação enfiteutica, ficando o sector terciário remanescente com pouco mais de 1/4 do conjunto total da enfiteuse. Ou não fosse Braga a capital do Arcebispo *Primaz das Hespanhas*, cabeça de um dos mais poderosos senhorios eclesiásticos do reino de Portugal.

Se é verdade que os clérigos correspondem a um estrato diverso, entre as altas dignidades, que compreendem 1/3 das operações, e o clero comum, que, porém, se salienta extramuros, tal como a nobreza; no sector terciário propriamente dito dominam a toda a linha os *letrados* (profissões liberais, administração e justiça) seguidos dos homens de negócio.

Ainda assim o predomínio dos contratos enfiteúticos, embora sob o modo de subemprazamentos e localizado fora de muros (84%), vai direito para o sector manufactureiro e o “estado do meio” (artistas e comercial/manufactureiro), com 45,5% dos contratos. É certo que identificamos algumas regularidades, como a concentração dos ourives no centro da cidade, e a distribuição equitativa entre sapateiros dentro e fora de portas. Mas, por exemplo, os sombreireiros, que se encontram fortemente implantados na cidade, todos eles se concentram no exterior, constituindo por si só 1/3 da enfiteuse do *sector secundário*.

Como nota de remate, diga-se que os enfiteutas/subenfiteutas ligados ao mundo rural não representam mais do que o valor residual de 1,45%. Contudo, é bom não esquecer que o senhorio rural do Cabido da Sé mereceu um tratamento aparte no presente processo.

Por fim, admita-se a importância das fontes cadastrais em análise, no que toca ao movimento financeiro e aos mais diversos réditos movimentados pelos prazos urbanos da corporação capitular. Relevese que o Cabido era um corpo *numeroso, poderoso e oneroso*, que necessitava de uma grande liquidez em numerário. Dele dependiam muitos dos ofícios e mesteres que faziam prosperar a cidade e que promoveram o desenvolvimento daquilo que um autor já apodou de “indústria do culto”. Isto é, a consequência directa para a cidade da relação económica que a igreja e a magnificência da liturgia barroca solicitavam. Vejam-se então a dinâmica das actividades ligadas ao vestuário, livrarias, as sedas, os sinos, velas, paramentaria, as diversas artes, bem como outros ofícios que mostravam a importância da poderosa igreja bracarense na economia da cidade.

É um facto que os réditos urbanos das casas não representavam mais do que uma ínfima percentagem dos rendimentos capitulares, segundo J. V. Capela, 0,6% em 1750 (1990, II, p. 434), mas a dignidade, o prestígio e a afirmação que representou o processo de reorganização no qual se integra o presente operação cadastral justificou o empenho que os documentos demonstram. Este tinha inevitavelmente um grande impacto, mais do que simbólico, na expressão do poder secular do Cabido da Sé em Braga, sendo destinado não só a impor-se aos locais, como a impressionar o Príncipe Arcebispo, com quem, então, os cónegos particularmente rivalizavam. Tratava-se de superar o estado caótico das contas, dos registos, e de reorganizar o sistema geral de tutela. Contudo, note-se, porém, que se continuavam a praticar modalidades complementares de renda, herdadas de velhas práticas ancestrais, como o pagamento em aves, especialmente dentro da cidade amuralhada, e de géneros agrícolas, como cereais e o vinho.

Em termos locativos, a distribuição do potencial de rendimento enfiteútico apresenta também as suas regularidades espaciais. Curiosamente as prestações mais baixas localizam-se no interior da cidade e nas áreas de cintura imediata às muralhas. No entanto, algumas poucas fiadas de alçados, ruas e praças do interior contrariam esta evidência. No exterior a situação é variável. Para além de alguns pontos particularmente valorizados, a tendência geral é a das prestações aumentarem de valor à medida que se

caminha do centro para a periferia. Isto é, no sentido em que a cidade cresce. Do mesmo modo que o Campo Novo, ou Quinteiro, constituindo uma verdadeira operação de loteamento do primeiro quartel do século XVIII, sendo foreira uma única fidalga, exhibe os cânones de prestação enfiteutic mais altos de toda a cidade.

#### IV - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEGRIA, Maria Fernanda e Garcia. João Carlos. Etapas da Evolução da Cartografia Portuguesa (Séculos XV a XIX)". in La Cartografía de la Península Ibérica e la sua Extensió al Continent Americá. Barcelona. Institut Cartogràfic di Catalunya. 227-279. 1991
- ARAÚJO, António de Sousa. Braga no Século XVIII. Para o Estudo do Mapa das Ruas. Itinerarium. Rev. Quadrim. de Cultura. Braga. ano 37-91.n<sup>o</sup>140. Franciscanos de Portugal. 249-317. 1991
- BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo. O Espaço Urbano de Braga em meados do século XVIII. Edições Afrontamento. Cidade em Questão/11. Porto. 2000
- BERNARDINO, Teresa. Sociedade e Atitudes Mentais em Portugal (1777-1810). Temas Portugueses. Lisboa. INCM. 238. 1986
- CALLAHAN, William J. Iglesia, Poder y Sociedad en España. 1750-1874. Madrid. Nerea. 314. 1989
- CALVO ALONSO, Carlos. El Catastro de Enseñada. Proyecto de única contribución en la Corona de Castilla in El Catastro en España - 1714-1906. (2<sup>o</sup> Vol.). Centro de Gestion Cadastral Y Cooperación tributária. Ministério de Economia y Hacienda. 89-111. 1988
- CAPELA, José V. Igreja, Sociedade e Estado na partilha dos bens eclesiásticos. Dízimas e direitos paroquiais no Arcebispado de Braga nos fins do Antigo Regime. Actas, IX Cent. da Dedic. da Sé de Braga. Braga. Vol. II/2. Univ Cat. Port. Fac. Teo. Brag. Cab.M.P.Brag. 421-488. 1990
- Os Votos de Santiago no Arcebispado de Braga, Para o Estudo das Rendas Eclesiásticas Durante o Antigo Regime. O Distrito de Braga. Braga. Vol.IV.2<sup>a</sup>Série. VIII. Governo Civil de Braga. 123. 1979
  - O Município de Braga de 1750 a 1834, O Governo e a Administração Económica e Financeira. Bracara Augusta. Braga. Vol.XLI. N<sup>o</sup>s 91/92. Ano 1988/89. Câmara Municipal de Braga. 390. 1991
- CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. 1750. Obras Completas. Lisboa. Liv. Horizonte. 1985
- COSTA, Mário Júlio Brito de Almeida. Origem da Enfeiteuse no Direito Português. Coimbra. Coimbra Editora. 1957
- DAVEAU, Suzanne. História e Geografia. Ler História. Lisboa. 21. 1991. Edições Salamandra. 162-169. 1991

- Algumas Leituras para uma Exposição. Expo. A Pintura no Mundo -Geografia Portuguesa e Cartografia dos Séculos XVI a XVIII. Catálogo da Expo. c/ mesmo título. Porto. Bibliot. Públic. Municip. do Porto. 111-20. 1992
- DIDEROT et D' ALEMBERT. L' Encyclopédie. Architecture, Recueil de Planches, sur les Sciences, les arts libéraux, et les arts mécaniques, avec leur explication. Inter-livres. Paris. Lescaret. 1986
- FEIO, Alberto. Coisas Memoráveis de Braga, e outros textos. Braga. Univ. do Minho / Bibliot. Públic. de Braga. 154. 1984
- FERREIRA, J. Augusto. Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga (Séc.III - Séc. XX) 4 Tom. Braga. Mitra Bracarense. 2241. 1928/35
- FIGUEROLA, Luis Carlos Garcia. La Economia Del Cabildo Salamantino del Siglo XVIII. Biblioteca de Castilha y Leon. Serie Historia 9. Salamanca. Universidad de Salamanca. 139. 1989
- GODINHO, Vitorino Magalhães. A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa. Temas Portugueses. Lisboa. 2<sup>a</sup>. Arcádia. 318. 1975
- HESPANHA, A. M. . As Vésperas do Leviathan. 2 Vol. Instituições e Poder Político. Portugal. Séc. XVII. Vol. I. Policopiado. 802. 1986
- História das Instituições, Épocas Medieval e Moderna. Coimbra. Livraria Almedina. 1982. 569
- KISH, George. Cartes, Globes et Arts Décoratifs. Une vue des Géographes. Acta Geographica. 3<sup>a</sup> série N<sup>o</sup>66/86. 65-81. 1986
- MACEDO, Ana Maria da Costa. Família, sociedade e estratégias de Poder (1750-1830) - A família Jácome de Vascelos da Freguesia de S. Tiago da Cividade. Braga. Universidade do Minho. 348. 1992
- MUNFORD, Lewis. La Cité a Travers l' Histoire. Paris. Ed. du Seuil. 1964. 783
- OLIVEIRA, J. M. Pereira de. Evolução dos Espaços Urbanos. (Actas). Mestrado em Geografia Humana. Coimbra. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1991
- RODRIGUES, Ana Maria. Os Prazos do Cabido de Braga nos Séculos XIV e XV. Actas. Congr. Inter.IX Cent. Ded. Sé de Braga. Braga. Vol.II/I. A catedral... (séc.XII-XIX). Univ Cat. Port. Fac. Teo. Brag. Cab. M. P. Brag. 463-483. 1990
- SEGURA I MAS, Antoni. El Catastro en Europa in El Catastro en España - 1714-1906. (2<sup>o</sup> Vol.). Centro de Gestion Cadastral Y Cooperación tributária. Ministério de Economia y Hacienda. 175-193. 1988
- SEGURA I MAS, Antoni. Introducción General. In: SEGURA I MAS, Antoni (Coord.). El Catastro en España. Barcelona: Centro Gestion Catastral y Cooperacion Tributaria. MEH. 1988. 17-21
- TATJER MIR, Mercè. La Contribución Territorial Urbana (1716 - 1906). in El Catastro en España - 1714-1906. (2<sup>o</sup> Vol.). Centro de Gestion Cadastral Y Cooperación tributária. Ministério de Economia y Hacienda. 135-173. 1988

- VASCONCELOS. Maria da Assunção. O Mapa das Ruas de Braga de 1750. Breve apontamento sobre a situação do Cabido Bracarense no Séc. XVIII<sup>o</sup>. Forum. Braga. nº4. Out. Universidade do Minho. 91 - 101. 1988
- VAZ. A. Luis. O Cabido de Braga - 1071 a 1971. Factos Notáveis do País Ligados à sua História -. Braga. Edit. José Dias de Castro. 300. 1971
- VVAA. Actas. IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional. Braga. III Vol. (4 tomos). Univ. Catól. Fac. Teol. Cabido Primac. 1990
- WÖLFFLIN. H. Renacimiento y Barroco. Barcelona. Ed. Paidós Estetica/ 8. 163. 1986

### **Fontes manuscritas**

- ADB. *Índices dos Prazos das Casas* (4 Volumes). 1749. ADB. Manuscrito (Cartório do Cabido)
- ADB. *Mappa das Ruas de Braga*. Ricardo Rocha. 1750. ADB. Manuscrito (Cartório do Cabido).
- ADB. *Memórias Particulares....* Inácio José Peixoto. 1790/1808. ADB-Ms.888. Manuscrito.
- ADB. *Relatório do Estado da Igreja Bracarense..* Enviado a Santa Sé por D. José de Bragança em 1749. D. José de Bragança. 1749. ADB-Coll. Chrono.. Manuscrito.
- AMB. Senado da Câmara de Braga. *Tombo dos Prazos pertencentes ao Senado da Câmara....* 1771. AMB. Manuscrito
- BNL. *História Ecclesiástica e Política do Paiz Bracarense da Época do Século XVIII*. Anónimo. BNL-Códice nº682. Manuscrito.
- BPB. *Braga Triunfante a Rel Eleição. e sempre Gloriosa Posse. que o Augustíssimo Príncipe. e Sereníssimo Senhor D. Joseph Pessoalmente Tomou do Arcebispado Primaz das Hespanhas em dia 23 de Julho do Presente Anno de 1741....* Manoel Joseph Correa Alvarenga. 1742. BPB. Manuscrito.

### **Impressas**

- Mapa das Ruas de Braga - Vols. I e II. Braga. ADB/UM/IBM-Portg. 1989/91.
- Memórias de Braga - de Bernardino José de Senna Freitas -. Braga. Vol. I. 1890. BPB/UM

### **Cartografia/iconografia**

- BRAUN. Georg (atribuído). *nova BRACARAE AUGUSTE defcriptio*. ICONOGRAFIA. 1594. Impresso (cop.).
- CRUZ. Joaquim Pereira da (eng.). Planta da Cidade de Braga. Arq.Obr. da CMB - Cota desconhecida. 1/2 000. 1868. Manuscrito.
- GARCEZ. Belchior José e Maciel; Miguel Baptista. Planta da Cidade de Braga. IIGC-29-Cartas Antigas da Mapoteca. 6.4.3.-385. 1/4 000. 18. Impresso.